



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.294, DE 2003

(Do Sr. Alceu Collares)

Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos trabalhadores expostos a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-658/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2003
(Do Sr. ALCEU COLLARES)

Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos trabalhadores expostos a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos trabalhadores expostos a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas.

Art. 2º As atividades e operações realizadas com exposição a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas asseguram ao trabalhador o adicional de periculosidade de que trata o § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Atendendo à solicitação do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul - SIMERS, propomos o seguinte projeto de lei que tem como objetivo conceder adicional de periculosidade aos trabalhadores que exerçam atividades e operações em contato com radiações ionizantes ou substâncias radioativas.

Trata-se de um anseio antigo dos trabalhadores que exercem essas atividades, pois, há muito, vêm reivindicando a este Parlamento e ao Ministério do Trabalho e Emprego a regulamentação de seu direito ao adicional de periculosidade.

Como primeira vitória, houve a revogação da Portaria nº 496, de 11 de dezembro de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Portaria nº 518, de 4 de abril de 2003, que assegura adicional de periculosidade, de que trata o § 1º do art. 193 da CLT, aos trabalhadores que exerçam atividades em contanto com radiações ionizantes ou substâncias radioativas.

A iniciativa do MTE advém das seguintes conclusões:

- a) a exposição dos trabalhadores a radiações ionizantes ou a substâncias radioativas é potencialmente prejudicial à sua saúde;
- b) o presente estado da tecnologia nuclear não permite evitar ou eliminar o risco em potencial oriundo de tais atividades.

Todavia, diante da pouca aceitação das portarias do Poder Executivo por parte do Judiciário Trabalhista, além de sua considerável desobediência pelas empresas, é mister que esse direito também seja assegurado por lei.

O projeto também se justifica em vista das alterações constantes das portarias ministeriais sem que a matéria possa ser debatida por todos os segmentos interessados, em especial, os trabalhadores aqui representados pelos parlamentares.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado ALCEU COLLARES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....
.....

TÍTULO II
DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO

.....
.....

CAPÍTULO V
DA SEGURANÇA E DA MEDICINA DO TRABALHO

.....
.....

Seção XIII
Das Atividades Insalubres ou Perigosas

.....
.....

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

** Art. 193 com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22/12/1977.*

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

** § 1º com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22/12/1977.*

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

** § 2º com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22/12/1977.*

Art. 194. O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, nos termos desta Seção e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho.

** Art. 194 com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22/12/1977.*

.....
....
.....
.....

GABINETE DO MINISTRO**PORTARIA Nº 496, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002**

(Revogada pela Portaria n.º 518, de 4 de abril de 2003)

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência conferida pelo art.87, II, da Constituição Federal, e Considerando que as atividades que expõem os trabalhadores a radiações ionizantes, nos termos da Portaria n.º 4, de 11 de abril de 1994, da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, caracterizam-se como insalubres;

Considerando que a caracterização dessas atividades como perigosas, nos termos da Portaria n.º 3.393, de dezembro de 1987, não encontra amparo no art.193, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5. 452, de 1º de maio de 1943;

Considerando incumbir à Administração Pública a revisão dos atos administrativos ilegais ou inconvenientes, resolve:

Art. 1º Declarar revogada a Portaria n.º 3.393, de 17 de dezembro de 1987.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO JOBIM FILHO

(Of. El. n.º GM/316)

Ministério do Trabalho e Emprego

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA N.º 518, DE 4 DE ABRIL DE 2003**

“Revoga a Portaria 496, de 11 de dezembro de 2002”.

O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das competências que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, II da Constituição da República Federativa do Brasil e o disposto no art. 200, caput, inciso VI e parágrafo único, c/c os arts. 193 e 196, todas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e

CONSIDERANDO que qualquer exposição do trabalhador a radiações ionizantes ou substâncias radioativas é potencialmente prejudicial à sua saúde;

CONSIDERANDO, ainda, que o presente estado da tecnologia nuclear não permite evitar ou eliminar o risco em potencial oriundo das tais atividades;

resolve:

Art. 1º Adotar como atividades de risco em potencial concernentes a radiações ionizantes ou substâncias radioativas, o “Quadro de Atividades e Operações Perigosas”, aprovado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, a que se refere o ANEXO da presente Portaria.

Art. 2º O trabalho nas condições enunciadas no quadro a que se refere o artigo 1º, assegura ao empregado o adicional de periculosidade de que trata o § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 3º A Secretaria de Inspeção do Trabalho, no prazo de 60 (sessenta) dias, fará revisão das Normas Regulamentadoras pertinentes, em especial da NR 16 – Atividades e Operações Perigosas, aprovada pela Portaria GM/MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, com as alterações que couber, e baixará, na forma do artigo 9º, inciso I, do Decreto n.º 2.210, de 22 de abril de 1997, e do parágrafo único do art. 200 da CLT, incluindo normas específicas de segurança para atividades ora adotadas.

Art. 4º Revoga-se a Portaria n.º 496, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAQUES WAGNER

FIM DO DOCUMENTO
